

"A MINHA COROA ME CRIOU SOZINHA, LEVANTANDO SEMPRE NO RAIAR DO DIA": PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO, EDUCACIONAL E SOCIOECONÔMICO DAS MÃES SOLO DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO, EM 2000 E 2010.

ESPAÇOS E DIFERENÇAS: GÊNERO, RAÇA, ETNIA E DIVERSIDADE

Eliene Andressa dos Santos Araujo

URCA; Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Economia Regional e Urbana - PPGERU | eliene.andressa@urca.br.

Silvana Nunes de Queiroz

URCA/UFRN; Doutora em Demografia (UNICAMP); Professora adjunta no Departamento de Economia e no Programa de Pós-Graduação em Economia Regional e Urbana (PPGERU/URCA); Professora e no Programa de Pós-Graduação em Demografia na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGDem/UFRN) | silvana.queiroz@urca.br.

Aline Alves de Oliveira

URCA; Doutora em Economia (UFF); Professora assistente no Departamento de Economia (URCA) | aline.alves@urca.br.

Sessão Temática 11: Espaços e diferenças: gênero, raça, etnia e diversidade

Resumo: O presente estudo tem como objetivo traçar o perfil sociodemográfico, educacional e sociodemográfico das mães solo do Semiárido brasileiro, nos anos 2000 e 2010. O Semiárido é uma área mutável e quando necessário passa por novas delimitações, assim, o presente estudo considera a delimitação de 2005. Para atingir o objetivo proposto, buscou-se relacionar os microdados dos Censos Demográficos 2000 e 2010 (IBGE) e literatura de fontes secundárias para compreender os acontecimentos que corroboraram para as mudanças ocorridas ao longo dos anos. Apesar das mudanças nos dicionários dos Censos, foram escolhidas variáveis passíveis de comparação que contribuíssem com a finalidade da pesquisa. A pesquisa é descritiva e explicativa, de natureza quantitativa e o método é dedutivo. Portanto, procurando responder a seguinte questão: quem são elas, as mães solo do Semiárido Brasileiro? Pode-se dizer que elas são, em sua maioria, mulheres com idade de 30 a 34 anos, solteiras, sem instrução e fundamental incompleto, pardas, com 1 filho(a) – na fase de primeira infância, e auferem rendimentos melhores no ano de 2010 – acima de 1 até 2 salários mínimo, quando comparado ao ano 2000.

Palavras-chave: Mães solo; Semiárido Brasileiro; Perfil Sociodemográfico.

"MY CROWN CREATED ME ALONE, ALWAYS RISING AT THE DAWN OF THE DAY": SOCIODEMOGRAPHIC, EDUCATIONAL AND SOCIOECONOMIC PROFILE OF SOLO MOTHERS IN THE BRAZILIAN SEMI-ARID, IN 2000 AND 2010.

Abstract: *The present study aims to outline the sociodemographic, educational and sociodemographic profile of solo mothers in the Brazilian Semi-arid, in the years 2000 and 2010. The Semi-arid is a changeable area and when necessary goes through new delimitations, thus, the present study considers the delimitation of 2005. To achieve the proposed objective, we sought to relate microdata from the 2000 and 2010 Demographic Censuses (IBGE) and literature from secondary sources to understand the events that corroborated the changes that occurred over the years. Despite the changes in the Census dictionaries, variables capable of comparison were chosen that contributed to the purpose of the research. The research is descriptive and explanatory, quantitative in nature and the method is deductive. Therefore, seeking to answer the following question: who are they, the solo mothers of the Brazilian Semi-arid? It can be said that they are, for the most part, women aged 30 to 34 years old, single, with no education and incomplete primary education, mixed race, with 1 child – in early childhood, and earn better income in the year 2010 – above 1 to 2 minimum wages, when compared to the year 2000.*

Keywords: *Solo mothers; Brazilian semi-arid; Sociodemographic profile.*

"MI CORONA ME CREÓ SOLO, LEVANTANDO SIEMPRE AL AMANECER DEL DÍA": PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO, EDUCATIVO Y SOCIOECONÓMICO DE MADRES SOLAS EN EL SEMIÁRIDO BRASILEÑO, EN 2000 Y 2010.

Resumen: *El presente estudio tiene como objetivo delinear el perfil sociodemográfico, educativo y sociodemográfico de las madres solteras en el Semiárido brasileño, en los años 2000 y 2010. El Semiárido es un área cambiante y cuando es necesario pasa por nuevas delimitaciones, por lo que el presente estudio considera la delimitación de 2005. Para lograr el objetivo propuesto se buscó relacionar microdatos de los Censos Demográficos de 2000 y 2010 (IBGE) y literatura de fuentes secundarias para comprender los acontecimientos que corroboraron los cambios ocurridos a lo largo de los años. A pesar de los cambios en los diccionarios censales, se eligieron variables susceptibles de comparación que contribuyeron al propósito de la investigación. La investigación es descriptiva y explicativa, de carácter cuantitativo y el método es deductivo. Por lo tanto, se busca responder la siguiente pregunta: ¿quiénes son ellas, las madres solitarias del Semiárido brasileño? Se puede decir que son en su mayoría mujeres de 30 a 34 años, solteras, sin estudios y primaria incompleta, mestizas, con 1 hijo -en primera infancia- y obtienen mejores ingresos en el año 2010. – por encima de 1 a 2 salarios mínimos, en comparación con el año 2000.*

Palabras clave: *Madres solteras; Semiárido brasileño; Perfil sociodemográfico.*

INTRODUÇÃO

Apesar dos importantes avanços nos estudos acerca das famílias, sua complexidade ainda exige novas pesquisas aprofundadas e com diferentes perspectivas. Sair das formulações generalizantes e se empenhar em estudar nas suas singularidades demanda esforço empírico e teórico. Nesse contexto, torna-se relevante e pertinente estudar os arranjos familiares e as transformações que ocorrem no seu interior no decorrer do tempo (Favaro, 2009).

Nessa perspectiva, para Therborn (2006) é importante compreender o contexto familiar como um ambiente de disputa entre sexo e poder, dentro de um sistema que envolve relações sociais e consanguíneas. Assim, ao se propor analisar um determinado grupo familiar é necessário compreender que existe toda uma diversidade que engloba o universo chamado família e que não há um arranjo melhor ou pior do que o outro, mais organizado ou desorganizado, mais intacto ou incompleto, e sim particularidades distintas que precisam de olhares diferenciados e políticas públicas específicas.

Favaro (2013) frisa que não é exagero afirmar que a palavra transformação está diretamente relacionada aos processos pelos quais os arranjos familiares brasileiros têm passado desde as últimas décadas do século XX. Seja na sua configuração, modificando o seu tamanho – fruto da queda na taxa de fecundidade; nos seus variados arranjos – ascensão dos domicílios unipessoais e monoparentais chefiados por mulheres, e consequente diminuição do número de famílias nucleares; ou no crescente número de divórcio e das uniões consensuais. Com isso, as famílias brasileiras têm experimentado transformações no seu funcionamento e nas suas estruturas.

Diante dessas novas configurações familiares, as teorias de gênero nas pesquisas acerca dos arranjos familiares passaram a dissipar uma forte crítica ao modelo de família e a família patriarcal. Dessa forma, pode-se dizer que a crítica a este modelo possibilita a consolidação de uma maneira diferente de se analisar os arranjos familiares, permitindo uma nova visão crítica tanto sobre os arranjos, como a questão da participação das mulheres em tais arranjos (Macedo, 2008).

A estrutura patriarcal de dominação vigente na sociedade reproduz o histórico cenário de exploração e opressão sobre as mulheres. Essas iniquidades, enfrentadas coletivamente, caracterizam-se como uma mazela comum às mulheres, relacionadas ao gênero e, consequentemente, devem ser compreendidas como uma problemática de cunho social e política. Esse sistema de dominação que tem direcionado ideologicamente a estruturação das relações de gênero e a designação das funções e lugar social de mulheres e homens, é legitimador de disparidades que refletem nas condições da vida familiar e laboral, bastante desiguais entre os gêneros, colocando a mulher em um lugar de subalternidade na sociedade (Kergoat, 1996; Saffioti, 2004; Azevedo, 2017; Scheffler, 2017).

Esse cenário piora quando se engloba os arranjos monoparentais femininos, haja vista que as mães solo além de sofrerem com as desigualdades de gênero, ainda são penalizadas pelo

abandono parental e a omissão paterna. Nessa perspectiva, têm-se a relevância de conhecer quem são as mães solo que residem na Região Semiárida Brasileira.

O Semiárido brasileiro abrange oito estados do Nordeste - Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe - e Minas Gerais, na região Sudeste. É onde concentra a maior parcela da população brasileira em situação de pobreza, e por conseguinte, apresenta-se como uma área com bastante desigualdades em relação ao país, principalmente pelo atraso econômico e social.

Segundo Matos (2012), pode-se afirmar que as mulheres pobres são as principais vítimas das desigualdades socioeconômicas e regionais, haja vista que tais disparidades somadas à desigualdade familiar com base no gênero e no papel social, submetem elasa um cenário que negligencia suas necessidades frente à da sua família e ainda redobram suas responsabilidades.

As famílias do Semiárido brasileiro apresentam uma relação muito forte com a região, haja vista que as mazelas sociais historicamente constituídas desse território são oriundas, em parte, das condições climáticas locais, o que reflete diretamente no modo de vida familiar. Mas convém salientar que os efeitos climáticos afetam de maneira diferente as famílias, sendo mais prejudicial para as que se encontram em classes sociais mais baixas. Assim como nas famílias, as mulheres não são afetadas da mesma maneira na região Semiárida. Para as mulheres mais pobres, além da opressão e desigualdade de gênero, recaí os trabalhos mais pesados e, geralmente, não são vistos como um serviço para elas desempenharem (Silva, 2014). Nesse contexto, justifica-se a escolha do recorte geográfico, visando ampliar as pesquisas voltadas para as disparidades regionais e para às mães solos do Semiárido brasileiro, visando alavancar estudos acerca das dificuldades social e culturalmente impostas às mães solos dessa região.

O presente trabalho tem como objetivo traçar o perfil sociodemográfico, educacional e socioeconômico das mães solo do Semiárido brasileiro, nos anos 2000 e 2010. Nesse sentido, buscou-se relacionar dados e literatura disponível para compreender os acontecimentos que corroboraram para as mudanças ocorridas ao longo dos anos 2000 e 2010. Assim, para atingir o objetivo proposto foram utilizados os microdados dos Censos Demográficos 2000 e 2010 – IBGE. A pesquisa é descritiva e explicativa, de natureza quantitativa e o método é dedutivo.

No tocante a estrutura do trabalho, além desta introdução e das considerações finais, o trabalho contempla mais 2 seções: os métodos adotados para o alcance do objetivo proposto e os resultados e discussões sobre a caracterização das mães solo do Semiárido Brasileiro.

MÉTODOS

Este estudo abrange os anos de 2000 e 2010, com o objetivo de analisar as contribuições das políticas públicas promovidas por um governo de viés mais progressista, focado em questões

sociais e nas disparidades regionais, utilizando como base os dados dos Censos Demográficos dos referidos anos.

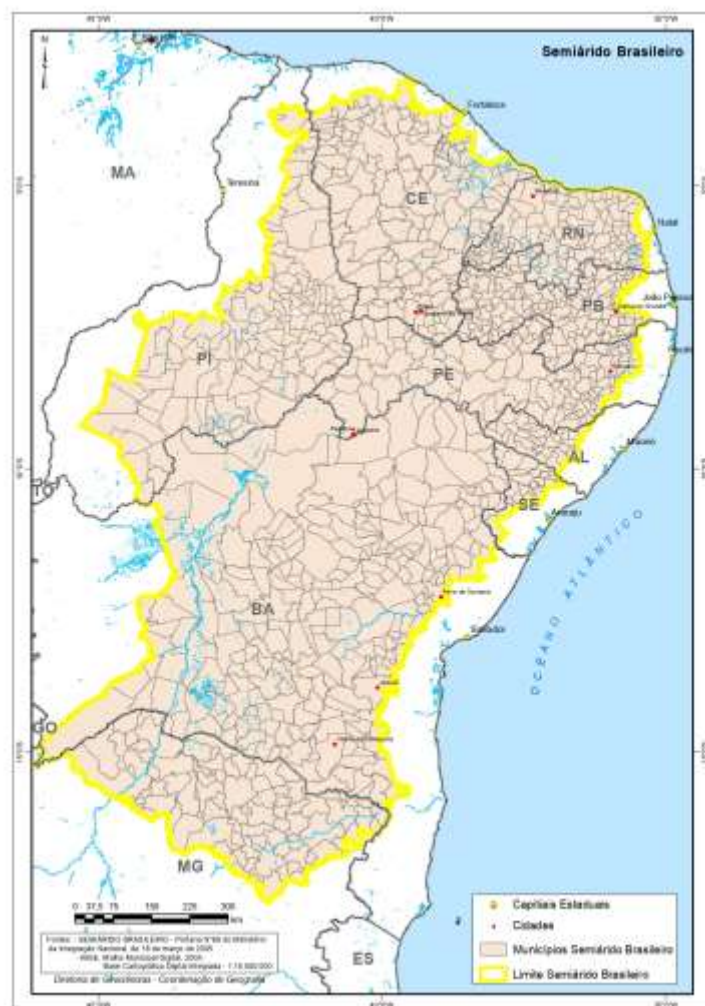
No intento de traçar o perfil proposto, as variáveis selecionadas para essa caracterização foram: sexo, focando exclusivamente no feminino; população total; total de mulheres; mulheres com filhos; mulheres com filhos e sem companheiro; faixa etária das mães solo; estado civil; nível de instrução; raça/cor; total de mãe solo e quantidade de filho(a)s nascidos vivo(a)s; faixa etária do seu último filho(a)s vivo; quantidade de filho(a)s nascido(a)s vivo(a)s e, por fim, os rendimentos totais das mães solo. É importante salientar que existem diferenças entre essas variáveis de um Censo Demográfico (2000 e 2010) para o outro. Mas apesar das mudanças, foram escolhidas variáveis passíveis de comparação que contribuíssem com a finalidade da pesquisa. Para as variáveis que apresentaram distinções, foram feitas algumas adequações para se tornarem compatibilizadas.

No caso da variável “Idade calculada em anos”, não houve alteração entre os anos analisados (2000 e 2010), mas optou-se por distribuir em grupos etários conforme a necessidade de análise. Por estar em anos completos, essa variável foi reagrupada na análise de faixa etária das mães solas e na faixa etária do seu último filho(a). Considerou-se as mulheres-mães com idade de 15 a 49 anos, cuja escolha considerou que, neste intervalo de idade, são observadas as mais altas taxas de inserção no mercado de trabalho e, em sua maioria, já tiveram acesso à educação básica, ao mesmo tempo que estariam em idade fértil.

No que concerne a escolaridade das mães solo, foi necessário adaptar as variáveis para que houvesse compatibilização na análise. O Censo Demográfico de 2000 apresenta a variável “Anos de estudo” e no Censo de 2010 têm-se “Nível de instrução” para informações referentes a escolaridade. Dessa forma, para se tornarem comparáveis foi realizada a seguinte agregação: i) menos de oito anos de estudo – sem instrução e fundamental incompleto; ii) oito a dez anos de estudo – fundamental completo e médio incompleto; iii) onze a quatorze anos de estudo – médio completo e superior incompleto; iv) mais de quinze anos de estudo – superior completo. No Censo de 2000 foram excluídas as classificações “alfabetização de adultos” e “não determinado” (Queiroz, 2013).

A Região Semiárida Brasileira compreende nove estados – Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe e Minas Gerais (delimitação de 2005) e abrange a maior parcela da população brasileira em situação de pobreza.

Figura 1: Mapa do Semiárido Brasileiro



Fonte: Geoftp, 2005 (IBGE).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

É inegável que as relações que norteiam as questões de gênero são, estruturalmente, desiguais e são constituídas por processos históricos, políticos e econômicos que designam à mulher diferentes lugares perante a sociedade (Silva, 2015). Nessa perspectiva, têm-se que a compreensão da condição feminina é afetada pelo contexto familiar e o seu lugar na estrutura social (Ferreira, 1981). A família é vista como uma instituição relevante para o entendimento histórico da opressão e exploração das mulheres (Cisne, 2014).

Assim, é importante salientar que as questões sociais, econômicas e culturais norteiam o entendimento sobre o arranjo monoparental feminino, no contexto familiar e no meio social, bem como as questões de gênero que reforçam que o fato de ser mulher, mãe e chefe familiar engloba muitos desafios (Verza; Sattler; Strey, 2015). Conforme ressalta Fernandes (2022),

muitas mulheres estão cansadas e nos seus limites físicos, psíquicos e emocionais, haja vista as múltiplas jornadas de trabalho a serem realizadas.

Além de assumirem de maneira exclusiva todas as responsabilidades pelo filho(a), quer sejam financeiras ou afetivas, as mães solo precisam conciliar esse papel, muitas vezes, com a vida laboral e enfrentam a crítica moral imposta pela sociedade, que as pressionam para seguir a tradição do casamento, impondo a necessidade de uma figura masculina para exercer a maternidade.

A tabela 1 apresenta a distribuição da frequência absoluta, relativa e variação da população total do Semiárido Brasileiro, nos anos 2000 e 2010. Na Região Semiárida, a população feminina é predominante, acompanhando a tendência do país. Segundo o IBGE (2023), a população total das mulheres no Brasil representava 50,78% em 2000 e 51,03% em 2010. E como pode ser observado na tabela 1, a maior parte da população do Semiárido Brasileiro é formada por mulheres, nos respectivos anos, haja vista que o percentual delas no primeiro ano em relação a população total foi de 50,50% e no segundo 50,61%.

Tabela 1: População total do Semiárido Brasileiro - 2000 e 2010

Sexo	2000	%	2010	%	Var (2000/2010)
Feminino	10.478.859	50,50	11.355.782	50,61	8,37
Masculino	10.285.344	49,50	11.082.787	49,39	7,75
População Total	20.764.203	100,00	22.438.569	100,00	8,06

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados dos Censos Demográficos 2000 e 2010 (IBGE).

A tabela 2 tem como foco a população feminina do Semiárido Brasileiro, com ênfase para o recorte etário de 15 a 49 anos, nos anos 2000 e 2010. Na tabela em questão se encontra a distribuição da frequência absoluta, relativa e variação da população feminina, por grupo de mulheres sem filho(a)s, com filho(a)s e com companheiro e com filho(a)s e sem companheiro (mães solo), em relação a população total de mulheres entre 15 a 49 anos, cuja idade compreende o período fértil da mulher, bem como sua inserção no mercado de trabalho.

Tabela 2: População de mulheres de 15 a 49 anos e mães do Semiárido Brasileiro - 2000 e 2010

Mulheres e mães	2000	%	2010	%	Var (2000/2010)
Mulheres sem filho(a)s	2.113.496	40,71	2.646.962	43,91	25,24
Mulheres com filho(a)s e companheiro	2.467.281	47,52	2.607.001	43,24	5,66
Mulheres com Filho(a)s e sem companheiro	611.438	11,78	774.605	12,85	26,69
Total de Mulheres entre 15 a 49 anos	5.192.215	100,00	6.028.568	100,00	16,11

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados dos Censos Demográficos 2000 e 2010 (IBGE).

Ainda se pode observar que, do total de mulheres que estão inseridas na faixa etária que compreende a amostra do estudo, a maior parcela têm filhos - 59,30% em 2000 e 55,82% em 2010. Dada essas informações, nota-se que mesmo com a considerável redução na taxa de fecundidade a partir de 1960 (Berquó; Cavenaghi, 2006), o grupo de mulheres com filho(a)s e sem companheiro (mães solo), representavam 11,78% (611.438) em 2000, e aumentou para

12,85% (774.605) em 2010. Porém, mulheres com filho(a)s e com companheiro há um decréscimo, onde em 2000 representavam 47,52% e caiu para 43,24% em 2010. E em contrapartida, corroborando com os dados referentes a queda na taxa de fecundidade, o grupo mulheres sem filho(a)s apresentam um aumento em seu quantitativo, saindo de 40,71% (2.113.496) em 2000 para 43,92% (2.646.962) em 2010.

Segundo Silva et al. (2020), nas décadas de 1991 a 2010 ocorreu redução acelerada nas Taxas de Fecundidade Total (TFT) dos municípios que compreendem a Região Semiárida do Brasil, seguindo o comportamento observado no âmbito nacional. No ano 2000, poucos municípios estavam abaixo de 2,1 filhos por mulher. Enquanto em 2010, cerca de um terço dos municípios estavam abaixo desse nível de reposição. Porém, é importante ressaltar que a redução gradual da fecundidade está diretamente relacionada com a melhoria nas condições de vida da população.

Considerando que o Semiárido Brasileiro engloba 1.113 municípios, que apresentam particularidades distintas, a média da TFT vai variar de modo individual, o que pode afetar a média geral da Região, sendo uma explicação para o aumento absoluto e relativo no quantitativo de mães solo de 2000 (611.438 ou 11,78%) para 2010 (774.605 ou 12,85%). Silva, Paes e Silva (2018) observaram que no município de São João do Jaguaribe (Ceará), em 2005, se concentrou a mais baixa TFT (1,8), e a mais alta (4,7) no município de Canapi (Alagoas), revelando uma amplitude total de 3 filhos, em média, por mulher no período reprodutivo dentro do Semiárido. No ano de 2010, o município de Triunfo (Pernambuco) apresentou o menor valor (1,4) para o indicador, e o maior (3,7) ocorreu no município de Pureza (Rio Grande do Norte), cuja amplitude total foi reduzida para 2,3 filhos, em média, por mulher.

Nesse presente trabalho, outro fator que pode explicar o aumento no quantitativo de mães solo de 2000 para 2010 é o estado civil, haja vista que as mulheres passaram a ter autonomia do seu corpo, bem como das relações as quais estão inseridas. Assim, o divórcio não é mais um tabu para a sociedade e se torna algo comum no judiciário brasileiro.

A partir da tabela 3, adentra-se de fato na população alvo deste estudo (mães solo do Semiárido). No período 2000/2010, pode-se observar maior variação na faixa etária de 25 a 29 anos (37,64%), de 30 a 34 anos (38,48%), de 35 a 39 anos (36,76%) e de 40 a 44 anos (37,04%), ou seja, mulheres com uma vivência e experiência de vida maior. Segundo informações do Jusbrasil¹ (2023), em 2010, a maior taxa de divórcio se concentrou no grupo de mulheres entre 30 a 34 anos (7,3%), seguida do grupo etário de 35 a 39 anos (7,2%), ratificando os resultados para as mães solo do Semiárido. Assim, ao observar a tabela 4 (estado civil), é notório o aumento na frequência absoluta no grupo de separadas ou divorciadas, onde em 2000 eram 68.707 mães solo, e passou para 83.503 em 2010, apresentando a segunda maior variação (21,53%) do período.

Tabela 3: Faixa etária e idade média das mães solo do Semiárido Brasileiro e do Brasil - 2000 e 2010

Faixa etária	2000	%	2010	%	Var (2000/2010)
De 15 a 19 anos	51.591	8,44	50.623	6,54	-1,88
De 20 a 24 anos	116.321	19,02	127.802	16,50	9,87
De 25 a 29 anos	102.459	16,76	141.026	18,21	37,64
De 30 a 34 anos	102.596	16,78	142.073	18,34	38,48
De 35 a 39 anos	95.859	15,68	131.094	16,92	36,76
De 40 a 44 anos	79.635	13,02	109.128	14,09	37,04
De 45 a 49 anos	62.977	10,30	72.859	9,41	15,69
Total	611.438	100,00	774.605	100,00	26,69
Idade média no SB	31,46	-	32,02	-	-
Idade média no Brasil	33,37	-	32,45	-	-

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados dos Censos Demográficos 2000 e 2010 (IBGE).

Segundo Santos Medeiros et.al. (2012), pode-se associar o decréscimo da taxa de fecundidade brasileira a vários fatores, como a urbanização crescente, aumento do uso de métodos contraceptivos, redução da mortalidade infantil, melhoria do nível educacional, maior participação da mulher na força de trabalho e a instabilidade de emprego.

Os arranjos familiares são configurações mutáveis e estão atreladas a um contexto histórico e não a uma formação denominada como ordem natural (Favaro, 2009; Biroli, 2018; Carloto, 2005). A família não é estática nem homogênea e, além disso, não há estruturas certas ou erradas (Silva, 2015). Segundo salienta Falci (1997), os núcleos familiares eram formados, em sua maioria, por casamentos católicos, os quais eram firmados muito cedo, normalmente a partir dos 15 anos e, sobretudo, para as mulheres. Existia, frequentemente, o hábito de casamentos arranjados e com familiares próximos.

É importante destacar que o Semiárido Brasileiro é marcado por desigualdades regionais (Silva, 2006) e uma população pobre (Buainain; Garcia, 2013a), o que limitava o acesso à informação, a saúde e, por conseguinte, ampliava a taxa de fecundidade. De acordo com Silva (2014), as mulheres que atingissem a idade de 30 anos sem casar era um fator pejorativo, onde já eram consideradas 'moças-velhas'. A idade inicial para o vínculo do matrimônio era determinada pela menarca².

Ao analisar a faixa etária no contexto Semiárido e do Brasil (tabela 3), pode-se inferir que ambos seguem uma média de idade na faixa etária dos 32 anos. Sendo que em nível nacional houve uma diminuição da média em 1 ano, no qual as mães solo têm aproximadamente 33 anos em 2000 e 32 anos em 2010, enquanto as mães solo do Semiárido apresentam, aproximadamente, 32 anos nos respectivos anos.

Observa-se na tabela 3 que a maior parte destas mães possuíam entre 20 a 24 anos em 2000, que correspondiam 19,02%, e em 2010 o grupo etário que apresentou o maior quantitativo foram de 30 a 34 anos, correspondendo a 18,34%, mostrando o envelhecimento das mães

solo. Em contraste, a menor proporção é verificada de 15 a 19 anos, com 8,44% em 2000 e 6,54% em 2010, dados que remetem a diminuição de gravidez na adolescência.³

De acordo com o Ministério da Saúde, a gravidez na adolescência pode ser associada a diversos fatores, como a vulnerabilidade individual e social, falta de informação apropriada e de acesso aos serviços de saúde, gravidez não planejada e o status das adolescentes mulheres na sociedade. Em 1940, a média nacional era de 6,2 filho(a)s e, em 2000, passa a ser de 2,3 filho(a)s por mulher, e em 2010 foi de 1,8. Em contrapartida, entre adolescentes e jovens, aconteceu o oposto, identificou-se o aumento em 25% na taxa de fecundidade entre meninas de 15 a 19 anos, durante os anos de 1990. Mas a taxa de adolescentes grávidas entre 15 e 19 anos vem reduzindo, onde em 1999 foi verificada 90,5 grávidas para cada grupo de 1.000 adolescentes; já em 2003, havia 81 grávidas para cada grupo de 1.000, com uma queda de 10,5% (Brasil, 2008).

Essas informações corroboram com os achados deste estudo, tendo em vista que as mães solo do semiárido brasileiro, com faixa etária de 15 a 19 anos, apresentaram um decréscimo (1,88%) no período analisado. Convém frisar que a queda na taxa de gravidez na adolescência não reduz a responsabilidade da sociedade e do poder público no que diz respeito a essa questão, sendo de suma importância ações a conscientização e prevenção de gravidez na adolescência.

Procedendo a análise (tabela 3), pode-se constatar que o maior crescimento entre os anos de 2000 e 2010 foi verificado nas mães solo na faixa etária de 30 a 34 anos (38,48%). Enquanto o quantitativo de mães solo com idade de 15 a 19 anos, apresentaram decréscimo de 1,88% ao longo dos anos. Esses resultados podem ser explicados através do efeito de período, que conforme Ribeiro (2016) está relacionado as mudanças históricas que afetam todas as pessoas, independentemente do momento em que nasceram. Ou seja, mães solo com idade de 15 a 19 anos nasceram a partir da década de 1980, cujo período iniciou a expansão do sistema de educação fundamental no Brasil (Ribeiro, 2016). Dessa forma, as pessoas que nasceram a partir da década de 1980 têm mais chances de terem acesso à uma educação básica mais satisfatória do que àquelas nascidas em 1970 e, por conseguinte, as informações sobre métodos contraceptivos e prevenção de gravidez na adolescência, reflete também em queda na taxa de fecundidade.

Discutir sobre o estado civil da mãe solo pode gerar importantes observações, haja vista que conjugalidade e parentalidade possuem definições distintas. Segundo dados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010, no Brasil predomina o estado civil solteira para mães solo, correspondendo a 3.445.860 em 2000 e 4.487.610 em 2010, do quantitativo nacional da faixa etária de 15 a 49 anos. De acordo com a tabela 4, o Semiárido segue a mesma tendência, dado que a quantidade absoluta de mães solo solteiras é maior nos anos analisados – 2000 (374.709) e 2010 (537.995), com aumento expressivo ao longo da primeira década do século

XXI, variando 43,58%. A mulher, mãe e solteira ainda é a realidade mais expressiva quando o assunto é mãe solo.

Tabela 4: Estado civil das mães solo do Semiárido Brasileiro - 2000 e 2010

Estado civil	2000	%	2010	%	Var (2000/2010)
Casada	111.009	18,16	104.365	13,47	-5,99
Separada ou divorciada	68.707	11,24	83.503	10,78	21,53
Viúva	57.013	9,32	48.742	6,29	-14,51
Solteira	374.709	61,28	537.995	69,45	43,58
Total	611.438	100,00	774.605	100,00	26,69

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados dos Censos Demográficos 2000 e 2010 (IBGE).

Na tabela 4, ainda se constata que mesmo filtrando as variáveis para mulher e sem companheiro, o estado civil em valores absolutos de casada – 2000 (111.009) e 2010 (104.365), sobressaiu as mães solo separadas ou divorciadas – 2000 (68.707) e 2010 (83.503). O fato de se autodeclararem casadas, não implica que ainda conviva com o companheiro, ela pode estar legalmente casada e não viver mais com o cônjuge por inúmeros fatores. Um importante ponto estudado por Rios, Bastos e Barros (2015), é a migração dos homens que moram no Semiárido para as regiões Sul e Sudeste do Brasil, em busca de trabalho e fugindo das condições climáticas, o que pode explicar esse dado, visto que os homens emigravam e não voltavam, deixando esposa e filho(a) à mercê das vulnerabilidades da região.

A solidão da maternidade solo não se interliga ao estado civil, está associada a toda responsabilidade que é imposta para a criação de um indivíduo. O cotidiano de uma mãe solo é extremamente exaustivo, dado o fato de toda sobrecarga envolvida, visto que a mulher se torna a única fonte de criação, educação e renda para seu/sua filho(a), o que a coloca em uma situação de desespero, frente a uma sociedade capitalista, com preceitos patriarcais consolidados.

De acordo com Bruschini (1994), a partir de 1970, uma atuação conjunta dos movimentos feministas e a ascendente presença das mulheres em espaços públicos influenciaram as transformações nos padrões de comportamento e nos valores relativos ao papel social das mulheres. Adicionalmente a esse fato, pode-se perceber também uma acentuada queda na taxa de fecundidade que, simultaneamente à expansão da escolaridade das mulheres, também afetou este processo de transformação, de maneira positiva. Posto isso, é importante observar os dados sobre escolaridade (tabela 5).

Levando em consideração a escolaridade das mães solo no âmbito nacional e no Semiárido Brasileiro, é importante frisar que o IBGE considera anos de estudos em 2000 e nível de instrução em 2010, o que viabiliza um parâmetro médio apenas para os anos 2000. Dessa forma, têm-se que no Brasil a mãe solo apresenta uma média de 6,4 anos de estudos e no Semiárido é de 4,5 anos em 2000. Assim, o Semiárido se encontra com, aproximadamente, 2

anos de estudos a menos que o nível nacional, apesar dos avanços em relação a educação, as desigualdades regionais ainda se encontram latentes no país.

Tabela 5: Escolaridade e anos de estudo médio das mães solo do Semiárido Brasileiro e do Brasil- 2000 e 2010

Escolaridade	2000	%	2010	%	Var (2000/2010)
Sem instrução e fundamental incompleto	398.275	65,14	416.291	53,74	4,52
Fundamental completo e médio incompleto	190.680	31,19	143.075	18,47	-24,97
Médio completo e superior incompleto	12.234	2,00	181.585	23,44	1.384,27
Superior completo	10.249	1,68	33.654	4,34	228,36
Total	611.438	100,00	774.605	100,00	26,69
Anos de estudos médio no SB	4,5	-	-	-	-
Anos de estudos médio no Brasil	6,4	-	-	-	-

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados dos Censos Demográficos 2000 e 2010 (IBGE).

Destarte, mesmo com a predominância de mães solas no Semiárido Brasileiro sem instrução e com fundamental incompleto, pode-se observar que houve um decréscimo nesse grupo, onde em 2000 representavam 65,14% e em 2010 caiu para 53,74%. Essa redução pode ser caracterizada devido a implementação, em anos recentes, especialmente a partir da última década do século XX e primeira década do século XXI, de políticas voltadas para o âmbito educacional, as quais estimularam o crescimento valorativo da Educação no Brasil.

Para Beltrão e Alves (2009), na grande maioria dos países, as mulheres sempre encontraram empecilhos que dificultassem o acesso à educação. Algumas superaram essas barreiras, mas outras permanecem buscando soluções para esse entrave. O déficit educacional e hiato de gênero são elementos que afetaram a realidade do Brasil por, aproximadamente, 450 anos.

Segundo o IBGE (2000), a maior parcela da população brasileira não alfabetizada é formada por indivíduos idosos e adultos mais velhos, especialmente as mulheres, pretos e afrodescendentes, indígenas e os residentes nas localidades rurais e no Nordeste. Tendo em vista esses apontamentos, pode-se inferir que o Brasil é historicamente marcado pelas desigualdades sociais e regionais, o que reflete diretamente no âmbito educacional. A população residente em territórios vulneráveis como o Semiárido, é afetada pela precariedade da educação.

Notadamente durante os mandatos do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), foram implementadas e ampliadas importantes ações que beneficiaram o desenvolvimento do setor educacional, bem como possibilitaram a inclusão das diferentes camadas sociais do país. Foram criados programas como o Brasil Alfabetizado; ProUni - Programa Universidade para Todos; Escola de Fábrica – visando a capacitação de jovens para o mercado de trabalho; Proeja - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Ensino de Jovens e Adultos. Nesse período também foi lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE, política que reforça a visão sistêmica da educação, com ações integradas que visam melhorar o campo da educação; e criado o REUNI - Programa de

Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais; o Programa Mais Educação; e o ProEMI - Programa Ensino Médio Inovador (Brasil, 2018).

Ainda é possível observar na tabela 5 o crescente salto de um ano para o outro das mães solo que apresentam o ensino médio e superior incompleto, bem como as que concluíram o ensino superior. Este variou 228,36% de 2000 para 2010, e aquele variou 1.384,27% de 2000 para 2010, respectivamente. Este fato pode ser justificado pelas diversas políticas públicas supracitadas, principalmente as que visam a expansão/interiorização do ensino superior público, impulsionada sobretudo pelo REUNI, cujo objetivo do programa era a ampliação do acesso e permanência dos estudantes na educação superior.

Com relação a raça/cor, conforme dados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010, a população brasileira se concentrava como branca (47,96%) e parda (47,76%), nos respectivos anos. No que tange ao Semiárido, segundo Medeiros et. al. (2012), a raça/cor predominante é a parda, o que justifica a grande maioria das mães solo serem desse grupo (tabela 6). Assim, pode-se observar que a maior parte dessa população é parda, 58,97% em 2000 e 61,32% em 2010. Em contraposição com as mães solo de raça/cor amarela (0,11% em 2000 e 1,30% em 2010) e indígena (0,36% e 0,42%, nos respectivos anos), que apresentaram as menores frequências relativas, em ambos os anos (Tabela 6).

Tabela 6: Raça/cor das mães solo do Semiárido Brasileiro - 2000 e 2010

Raça/Cor	2000	%	2010	%	Var (2000/2010)
Branca	200.729	32,83	221.617	28,61	10,41
Preta	47.297	7,74	64.705	8,35	36,81
Amarela	694	0,11	10.045	1,30	1347,41
Parda	360.547	58,97	474.960	61,32	31,73
Indígena	2.171	0,36	3.278	0,42	50,99
Total	611.438	100,00	774.605	100,00	26,69

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censos Demográficos 2000 e 2010 (IBGE).

Ainda na tabela 6, pode-se constatar que o grupo que mais cresceu foi o das mães solo de raça/cor amarela, haja vista que apresentou variação de 1.347,41% de 2000 para 2010. Enquanto o grupo de mães solo de raça/cor branca apresentou menor variação (10,41%). De acordo com Fusco, Queiroz e Baeninger (2018), a partir de 2009, posteriormente ao início da crise econômica e financeira mundial de 2008, o Brasil passa a se tornar atrativo para migrantes, principalmente asiáticos. É notório que além de São Paulo e do Sudeste, outras regiões do país também tem sido possibilidade de nova rota para a imigração internacional, este é o caso do Nordeste.

As tabelas 7 e 8 mostram a distribuição absoluta por faixa etária da mãe solo e quantidade de filho(a)s nos anos 2000 e 2010. Segundo as autoras Berquó e Cavenaghi (2006), o Brasil inicia a transição da fecundidade em meados da década de 1960, onde suas taxas reduziram 24.1% entre 1970 e 1980, 38.6% em 1990 e a partir daí, 11.1% entre 1991 e 2000. Montali (2017) também aponta que de um patamar de 6,3 filhos tidos por mulher entre 1940 e 1960,

passa para 5,5 em 1970, arrefece para 4,4 em 1980, 2,9 em 1991, 2,4 em 2000, e 1,9 filhos em 2010.

Ao considerar a média em relação a quantidade de filhos no Brasil e no Semiárido, pode-se constatar nas tabelas 7 e 8, que ambos seguem um parâmetro entre 2 e 3 filho(a)s. Onde o Brasil apresenta uma média de aproximadamente 2 filho(a)s nos respectivos anos e a Região Semiárida apresenta uma média de aproximadamente 3 filho(a)s em 2000 e, aproximadamente, 2 filho(a)s em 2010

Dada essa informação, pode ser constatado que a maior parte das mães solo tiveram apenas 1 filho(a) tanto em 2000 (234.444) quanto em 2010 (323.942). Enquanto a menor proporção foi observada no quantitativo de mães acima de 5 filho(a)s para os dois anos, 2000 (49.021) e 2010 (42.644), corroborando com a assertiva do declínio na taxa de fecundidade brasileira.

Tabela 7: Faixa etária e quantidade média de filho(a)s da mãe solo do Semiárido Brasileiro e do Brasil - 2000

Faixa etária da mãe e quantidade de filho(a)s	1 filho(a)	2 filho(a)s	3 filho(a)s	acima 3 até 5	acima de 5	Total
De 15 a 19 anos	41.290	8.755	1.359	130	57	51.591
De 20 a 24 anos	71.479	30.099	9.992	3.774	977	116.321
De 25 a 29 anos	46.125	30.404	16.928	7.719	1.283	102.459
De 30 a 34 anos	33.398	31.372	19.873	13.988	3.965	102.596
De 35 a 39 anos	23.249	25.845	19.898	18.675	8.192	95.859
De 40 a 44 anos	11.929	16.442	16.317	20.354	14.593	79.635
De 45 a 49 anos	6.974	8.980	9.910	17.159	19.954	62.977
Total	234.444	151.897	94.277	81.799	49.021	611.438
Quantidade média de filho(a)s no SB	-	-	-	-	-	2,51
Quantidade média de filho(a)s no Brasil	-	-	-	-	-	2,24

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados dos Censos Demográficos 2000 e 2010 (IBGE).

Berquó e Cavenaghi (2006) também frisam que em termos regionais há diferenças importantes em relação a taxa de fecundidade. O Norte e o Nordeste apresentam as maiores taxas de fecundidade, haja vista que são as regiões que concentram as maiores proporções de populações rurais e indicadores socioeconômicos menos favoráveis. Porém, as autoras reforçam que foram nessas regiões que se registraram os maiores declínios no número médio de filhos por mulher, entre os anos de 1991 - 2004, sendo estes de 31% e 37.8%, respectivamente.

No que concerne as mães solo do Semiárido Brasileiro, os dados constatarem que existe um declínio no quantitativo de filho(a)s e que o fator faixa etária é um importante explicativo, haja vista que as mulheres mais jovens e com instrução educacional mais elevada, tendem cada vez mais a optarem por menos filho(a)s, tardarem a maternidade ou não serem mães.

Tabela 8: Faixa etária e quantidade média de filho(a)s da mãe solo do Semiárido Brasileiro e do Brasil – 2010

Faixa etária da mãe e quantidade de filho(a)s	1 filho(a)	2 filho(a)s	3 filho(a)s	acima 3 até 5	acima de 5	Total
De 15 a 19 anos	44.185	5.512	718	157	51	50.623
De 20 a 24 anos	87.175	29.245	8.470	2.572	340	127.802
De 25 a 29 anos	72.121	39.009	19.255	9.486	1.155	141.026
De 30 a 34 anos	52.469	42.718	25.857	16.656	4.374	142.074
De 35 a 39 anos	35.281	40.583	27.233	20.398	7.599	131.094
De 40 a 44 anos	21.489	30.499	23.202	21.447	12.490	109.127
De 45 a 49 anos	11.222	15.763	13.567	15.672	16.635	72.859
Total	323.942	203.329	118.302	86.388	42.644	774.605
Quantidade média de filho(a)s no SB	-	-	-	-	-	2,33
Quantidade média de filho(a)s no Brasil	-	-	-	-	-	2,18

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico 2000 e 2010 (IBGE).

Em relação a faixa etária do(a) último(a) filho(a) de mãe solo no Semiárido brasileiro, têm-se a tabela 9 que mostra a distribuição absoluta, relativa e variação da proporção de mães solo, por idade do(a) último(a) filho(a), nos anos 2000 e 2010. No que concerne a idade média do(a)s filho(a)s no Brasil e no Semiárido, pode-se observar que estão inseridos na faixa entre 6 e 7 anos. O Brasil apresenta um média de aproximadamente 7 anos em ambos os anos e o Semiárido de aproximadamente 6 e 7 anos, em 2000 e 2010, respectivamente.

Tabela 9: Faixa etária do(a) último(a) filho(a) e idade média de filho(a)s da mãe solo do Semiárido Brasileiro e do Brasil - 2000 e 2010

Faixa etária do(a) último(a) filho(a)	2000	%	2010	%	Var (2000/2010)
Menos de 1 ano	82.081	13,42	72.891	9,41	-11,20
De 1 ano a menos que 3	130.210	21,30	138.800	17,92	6,60
De 3 anos a menos que 5	91.990	15,04	111.651	14,41	21,37
De 5 anos a menos que 7	71.337	11,67	92.324	11,92	29,42
De 7 anos a menos que 10	82.420	13,48	118.697	15,32	44,01
De 10 a menos que 12	47.748	7,81	71.411	9,22	49,56
De 12 a menos que 15	63.843	10,44	92.023	11,88	44,14
De 15 a 17 anos	41.809	6,84	76.808	9,92	83,71
Total	611.438	100,00	774.605	100,00	26,69
Idade média do filho no SB	5,60	-	6,60	-	-
Idade média do filho no Brasil	7,24	-	7,05	-	-

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico 2000 e 2010 (IBGE).

Segundo Maron e Meulders (2008), a maternidade pode provocar a desistência, temporária ou efetiva, das mulheres de continuarem na vida laboral, acaba por induzi-las a reduzir sua jornada de trabalho ou até mesmo impulsiona a mudança de profissão ou área do mercado, além de poder postergar sua promoção em melhores remunerações e cargos. Lima (2022) ressalta que no período da primeira infância a troca afetiva e cuidado, geralmente é maior e os filho(a)s extraem mais energia e demandam mais tempo. Assim, a penalidade salarial pela maternidade é maior na primeira infância e reduz à proporção que o(a)s filho(a)s crescem. Este

fato também corrobora para explicar a redução, na variação no decorrer do decênio, do(a)s filho(a)s com menos de 1 ano.

Como se pode verificar, a maior parte das mães solo do Semiárido possuem filho(a)s de 1 ano a menos que 3 anos, cuja fase é a da primeira infância e demanda mais tempo e atenção, em ambos os anos – 130.210 (2000) e 138.800 (2010). Em contrapartida, os menores quantitativos de mães solo são com filho(a)s de 15 a 17 anos em 2000 (7,40%) e filho(a)s de 10 a menos de 12 anos em 2010 (9,41%).

Ao observar o aumento no quantitativo dos filhos com mais idade e a redução nos dados referentes aos filhos mais novos, pode-se relacionar essa mudança com a queda na taxa de fecundidade, onde as mulheres passaram a tardar a maternidade visando priorizar a vida laboral e sua escolaridade, haja vista que filhos mais novos requerem uma dedicação maior de tempo e atenção.

Quando se analisa a variação ocorrida nos anos estudados (2000 e 2010), entre os grupos etários, observa-se que o conjunto que mais variou foi o formado por mães solo em que o(a) último(a) filho(a) apresenta idade de 15 a 17 anos (83,71%). Outra informação relevante é sobre as mães que possuem filho(a) com menos de 1 ano, haja vista que apresentaram um decréscimo de 11,20% ao longo do período. Esse decréscimo pode ser entendido devido as mulheres optarem cada vez mais por tardarem sua vontade de ser mãe ou, muitas vezes, escolhem não terem filho(a)s, haja vista que ter filho(a) pode afetar a vida das mulheres em muitos sentidos.

Com relação ao salário mínimo, segundo o DIEESE (2023), no Brasil se concentrava no valor de R\$ 151,00 em 2000 e 510,00 em 2010. Ao observar a tabela 9, que aponta o rendimento de todas as fontes, em 2000, a média dos rendimentos auferidos pelas mães solo do Semiárido Brasileiro (R\$ 235,10) se concentrava abaixo do salário mínimo, diferentemente da média do Brasil, que atingia mais do que o dobro do salário mínimo nos respectivos anos – R\$ 875,90 (2000) e R\$ 1.175,08 (2010). Em 2010, o Semiárido apresenta uma média melhor, acima do salário mínimo (R\$ 706,45), porém ainda bem inferior ao parâmetro nacional. Esses dados corroboram com a assertiva das desigualdades regionais existentes no Brasil, bem como a concentração da pobreza que assola o Semiárido Brasileiro.

Tabela 10: Rendimentos em salário mínimo de todas as fontes e rendimento médio auferidos pelas mães solo do Semiárido Brasileiro e do Brasil – 2000 e 2010

Faixa de rendimento	2000	%	2010	%	Var (2000/2010)
Até 1/4 do SM	253.220	41,41	111.062	14,34	-56,14
Acima de 1/4 até 1/2 do SM	54.557	8,92	107.451	13,87	96,95
Acima de 1/2 até 1 SM	160.889	26,31	196.396	25,35	22,07
Acima de 1 até 2 SM	79.806	13,05	218.659	28,23	173,99
Acima de 2 até 3 SM	24.399	3,99	71.074	9,18	191,30
Acima de 3 até 5 SM	19.891	3,25	41.428	5,35	108,28
Acima de 5 até 7 SM	7.709	1,26	11.982	1,55	55,43

Acima de 7 até SM	5.534	0,91	6.245	0,81	12,85
Acima de 10 SM	5.433	0,89	10.308	1,33	89,73
Total	611.438	100,00	774.605	100,00	26,69
Rendimentos médio⁴ no SB	235,10	-	706,45	-	-
Rendimentos médio no Brasil	875,90	-	1175,08	-	-

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico 2000 e 2010 (IBGE).

Ademais, observa-se que, em 2000, a faixa que concentrou o maior quantitativo foi até $\frac{1}{4}$ do Salário Mínimo - SM (41,41%), seguido daquelas que auferiram acima de $\frac{1}{2}$ até 1 SM (26,31%). No ano de 2010, nota-se melhorias na concentração das faixas de rendimento, no qual a maior parcela de mães solo passou a auferir acima de 1 até 2 SM (28,23%), seguidas das que recebem de $\frac{1}{2}$ até 1 SM (25,35%). Ainda convém ressaltar que apesar da melhoria observada no decorrer desse decênio, pode-se afirmar que a participação das mães solo nas faixas de rendimentos acima de 5 salários mínimos em diante permanece pequena.

A década de 1990 e sobretudo os anos 2000, expressaram um importante progresso no bem-estar da população brasileira. Elementos que impulsionaram este fato estão relacionados, primeiramente, aos rendimentos gerados no âmbito do mercado de trabalho formal e, em segundo, as políticas de cunho social. A política social possibilitou a elevação dos rendimentos das famílias, os quais foram puxados pelas transferências previdenciárias e assistenciais. A dinâmica do mercado de trabalho se mostrou positiva, na qual se destacou principalmente o avanço da formalidade e do rendimento laboral, com desocupação em baixa e ocupação em alta e a política de valorização do salário mínimo (Campos, 2015).

Com a mudança da conjuntura política, no início de 2003, ocorreu uma retomada das funções estatais – atribuições que antes foram relegadas, como os papéis de financiador, produtor, regulador etc. Esta retomada representou, entre outras coisas, mais regulações dos mercados, mais arrecadação tributária e mais gasto estatal - principalmente no âmbito social, com ênfase nas transferências de rendimentos (Campos, 2015).

Ainda é possível constatar que a faixa de rendimentos acima de 2 até 3 salários mínimos foi a que apresentou a maior variação de mães solo entre 2000 e 2010 (191,30%). Cabe salientar também que houve um decréscimo na variação referente a faixa de rendimento de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo (-56,14%), significando que a quantidade de mães solo do Semiárido Brasileiro passaram a se concentrar em faixas de rendimentos maiores entre os anos de 2000 e 2010. Fato este que pode ser explicado devido a política de valorização do salário mínimo adotada pelo Brasil ao longo dos anos 2000, programas de transferência de renda e mais geração de empregos formais (Melo et al., 2005; Baltar et al., 2010).

Durante a década de 2000, a implementação e ampliação de diferentes programas estimulou áreas como a assistência, o desenvolvimento urbano e a valorização do SM. O Brasil é historicamente conhecido pela questão de disparidade de rendimentos, a qual se revela, entre outras formas, através de iníqua distribuição de renda domiciliar. No entanto, esse cenário

passa a ganhar uma nova configuração a partir de 1990 e, de maneira mais incisiva, nos anos 2000 (Campos, 2015).

Além da desigualdade estrutural em relação à rendimentos, o Brasil apresenta a pobreza enraizada - sobretudo em territórios menos afluentes, como na região Semiárida. Contudo, ao longo das décadas de 1990 e 2000, essa parcela expressiva da população passa a obter melhorias, principalmente através dos programas de transferência de renda – como o Bolsa Família (Campos, 2015).

Em suam, a maternidade solo é afetada por marcadores diversos como classe, cultura, raça e o território em que a mulher se encontra/reside. As informações discutidas neste estudo, reforçam que as mães solo são as mais vulneráveis, haja vista que as questões de gênero, os afazeres domésticos, os cuidados com o(a)s filho(a)s sem uma rede de apoio, sem um salário satisfatório, são elementos que potencializam a condição de vulnerabilidade social. Posto isso, procurando responder a seguinte questão: quem são elas, as mães solo do Semiárido Brasileiro? Elas são mulheres, em sua maioria, com idade de 30 a 34 anos, solteiras, sem instrução e fundamental incompleto, pardas, com 1 filho(a) – na fase de primeira infância, e auferem rendimentos melhores no ano de 2010 – acima de 1 até 2 salários mínimo, quando comparado ao ano 2000. Como bem aponta a cantora brasileira Iza (2022), são as “coroas” que criam seus/suas filho(a)s sozinha, levantando sempre no raiar do dia, bem cedo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo se propôs a compreender a maternidade solo a partir da análise dos dados disponíveis – Censos Demográficos 2000 e 2010 - e sob à perspectiva da solidão feminina, cujo cenário remete diretamente à desconstrução do modelo patriarcal de família e ao surgimento dos novos arranjos familiares, bem como a (des)romantização da maternidade. E tem como principal objetivo traçar o perfil sociodemográfico, educacional e socioeconômico das mães solo, com intento de saber quem são as mulheres que integram a maternidade solo no Semiárido Brasileiro.

O abandono é algo que marca a vivência da maternidade solo, haja vista que, muitas vezes se tornar mãe solo não é uma escolha feita pelas mulheres, mas um condicionamento socialmente imposto por um cenário estrutural marcado pelo racismo, sexismo e misoginia. Ao traçar o perfil dessas mulheres, têm-se importantes conclusões sobre quem são as mães solo residentes do Semiárido Brasileiro em 2000 e 2010, a saber: são as mulheres com filho(a)s e sem companheiro, negras (com faixa etária entre 30 a 34 anos, solteiras, sem instrução e fundamental incompleto (com 1 filho(a) – na fase de primeira infância, e que auferem rendimentos melhores no ano de 2010 – acima de 1 até 2 salários mínimo, quando comparado ao ano 2000 - até 1/4 do SM.

Com este trabalho, pôde-se constatar também que no decorrer dos anos 2000 e 2010 aconteceram importantes mudanças na estrutura familiar brasileira e na legislação que a define, sobretudo em relação ao divórcio e autonomia feminina no mercado de trabalho, os arranjos familiares se modificaram e se diversificaram cada vez mais – famílias constituídas por dois pais, duas mães, um dos genitores, avós e as crianças.

Como é sabido existem programas sociais que podem contribuir para melhorar a vida das mulheres, principalmente os de transferência de renda, e que são importantes para enfrentar as desigualdades sociais ainda latentes. Porém, é necessário se atentar para que não haja uma reprodução dos papéis estruturalmente impostos às mulheres, gerando mais uma sobrecarga sobre elas.

A análise dos anos 2000 e 2010 mostra que as mães solo do Semiárido Brasileiro apresentaram uma expressiva variação, de um ano para o outro, nos grupos ensino médio e superior incompleto e superior completo, o que reforça o efeito das políticas educacionais. Porém, o grande quantitativo de mães solo da Região Semiárida ainda se encontram sem instrução e fundamental incompleto. Esses dados refletem nos rendimentos auferidos destas mães, onde a maioria ganha até 1/4 do SM no ano 2000 e em 2010 se concentram na faixa acima de 1 até 2 salários mínimo. Nesse contexto, pode-se dizer que o cenário dos anos 2000 e 2010 é marcado por avanços significativos, porém ainda insuficientes.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, E. L. **Gênero e outras dimensões do social:** a interseccionalidade sustenta um novo ponto de visão. In: SCHEFLER, Maria de Lourdes N. (Org.) Caderno de Textos. Novos olhares, novos tempos: Fortalecendo e ampliando as políticas públicas para as mulheres da Bahia. Secretaria de Política para as Mulheres - SPM, Salvador: 2017.

BARTHOLO, L.; PASSOS, L.; FONTOURA, N. **Bolsa Família, autonomia feminina e equidade de gênero: o que indicam as pesquisas nacionais?** Texto para discussão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, Rio de Janeiro: Ipea, 2017.

BELTRÃO, K. I.; ALVES, J. E. D. A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX. **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, p. 125-156, 2009.

BRASIL (2008). **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília.** 236 p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/planonacional_politicamulheres.pdf. Acesso em: 15 de março de 2023.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Diretrizes para implantação do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas. Secretaria de Vigilância em Saúde.** Programa Nacional de DST e Aids. Brasília: 2008. 24 p.

BRASIL. Ministério da Educação (2018). **Conheça a história da educação brasileira.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pet/33771-institucional/83591-conheca-a-evolucao-da-educacao-brasileira>>. Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

BRITTO, T.; SOARES, F. V. Bolsa Família e Renda Básica de Cidadania: um passo em falso. In: **13th International Congress of the Basic Income Earth Network (BIEN)**, São Paulo. 2010.

BRUSCHINI, M. C. A. O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes. **Estudos feministas**, p. 179-24, 1994.

BUAINAIN A.M.; GARCIA J. R. "Capítulo V: Pobreza Rural e Desenvolvimento do Semiárido Nordeste: Resistência, Reprodução e Transformação", In: BUAINAIN A.M.; DEDECCA C. (Orgs.), **A nova cara da pobreza rural: desenvolvimento e a questão regional**. Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v. 17, Brasília IICA, 2013.

CAMPOS, A. G. **Bem-estar social nos anos 1990 e 2000: traços estilizados da história brasileira.** Texto para discussão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, Rio de Janeiro: Ipea, 2015.

CARLOTO, C. M. A chefia familiar feminina nas famílias monoparentais de extrema pobreza. **Revista Textos e Contextos**, nº 4, dezembro de 2005. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/>. Acesso: 10 de janeiro de 2023.

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Pesquisa nacional da Cesta Básica de Alimentos.** Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html#2000>>. Acesso em: 22 de dezembro de 2023.

FALCI, M. K. **Mulheres no Sertão Nordeste.** In: História das Mulheres no Brasil. DEL PRIORE, Mary (Org). São Paulo: Contexto, 1997.

FAVARO, C. S. **Ser pai e mãe ao mesmo tempo: organização doméstica, estratégias familiares e redes sociais de mulheres chefes de domicílios monoparentais.** Dissertação (Mestrado em Demografia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

FAVARO, C. S. **Entre o prover, o trabalhar e o cuidar: a participação das mulheres unidas no provimento doméstico e seus reflexos na organização familiar.** Tese (Doutorado em Demografia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2013.

FÊ. Intérprete: Iza. Compositor: Iza, Sergio Santos, Pablo Bispo, Ruxell, Lukinhas, Henrique Bacellar, Junior Pierro e Fabinho Negramande. In: **FÊ.** Intérprete: Iza. [S. l.]: Warner Music Brasil, 2022.

FERNANDES, P. da S. **Família Monoparental Feminina: desafios de ser mãe solo.** Dissertação (Mestrado em Educação Sexual). Faculdade de Ciências e Letras. Universidade Estadual Paulista, Campus de Araraquara-SP, 2022.

FERRARI, M.; KALOUSTIAN, S. M. **A importância da família.** In: KALOUSTIAN, S. M. (Org.), *Família brasileira: a base de tudo*. 5. ed. São Paulo: Cortez: Brasília, DF: UNICEF, 2002.

FUSCO, W.; QUEIROZ, S. N de; BAENINGER, R. Asiáticos no Nordeste brasileiro. In: **Memoria del 56º Congreso Internacional de Americanistas** [Recurso electrónico]: Migraciones. Ediciones Universidad de Salamanca, 2018. p. 29.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9663-censo-demografico-2000.html?edicao=9771&t=destaques>. Acesso em: 20 de janeiro de 2023.

IBGE. **Lista dos Municípios do Semiárido Brasileiro.** [S.l.]. Geoftp, 2005. Disponível em: https://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/estrutura_territorial/semiarido_brasileiro/Situacao_2005a2017/semiarido_brasileiro.pdf. Acesso em: 27 dez. 2022.

IBGE. **Mapa do Semiárido Brasileiro.** [S.l.]. Geoftp, 2005. Disponível em: https://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/estrutura_territorial/semiarido_brasileiro/Situacao_2005a2017/semiarido_brasileiro.pdf. Acesso em: 27 dez. 2022.

IBGE. **Microdados do Censo Demográfico de 2000.**

IBGE. **Microdados do Censo Demográfico de 2010.**

KERGOAT, D. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. In: LOPES, Marta Júlia Marques et. al. (Org.). **Gênero e saúde.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1996, p. 19-27.

LIMA, I. F. M. **Penalidade pela maternidade no mercado de trabalho brasileiro.** Dissertação (Mestrado em Economia e Desenvolvimento) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2022.

MACEDO, M. dos S. **Na trama das interseccionalidades:** Mulheres chefes de família em Salvador. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2008.

MARON, L.; MEULDERS, D. *Having a child: a penalty or bonus for mother's and father's employment in Europe? Bruxelas: Université Libre de Bruxelles (DULBEA), Fev. 2008 (Working paper series, 08-05.RS).*

MATOS, M. P. S. R. Famílias desagregadas sobre a terra ressequida: indústria da seca e deslocamentos familiares no Nordeste do Brasil. Nômadias. **Critical Journal of Social and Juridical Sciences**, 2012.

MONTALI, L. Mudanças na família, no mercado de trabalho e nos arranjos familiares. In: LEONE, E. T.; KREIN, J. D.; TEIXEIRA, M. O. (Org.). **Mundo do trabalho das mulheres: ampliar direitos e promover a igualdade**. Campinas, SP: Unicamp. IE. Cesit, 2017, p. 39-66.

QUEIROZ, S. N. de. **Migrações, Retorno e Seletividade no Mercado de Trabalho Cearense**. 2013. Tese (Doutorado em Demografia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

RIOS, P. P. S.; BASTOS, A. dos S.; BARROS, E. da R. Mulheres no semiárido brasileiro: uma história invisibilizada. **Revista Ouricuri**, v. 5, n. 2, p. 1-17, 2015.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCHEFLER, M. de L. N. Patriarcado: herança maldita no caminho das mulheres. In: SCHEFLER, Maria de Lourdes N. (Org.) Caderno de Textos. **Novos olhares, novos tempos: Fortalecendo e ampliando as políticas públicas para as mulheres da Bahia**. Secretaria de Política para as Mulheres - SPM, Salvador: 2017.

SILVA, R. M. A. da. **Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Semi-árido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SILVA, U. M. Q. Viúvas da Seca: as relações de gênero no sertão. In: **X Encontro Estadual da ANPUH-PE**, v. 10, p. 2, 2014.

THERBORN, G. "Prefácio". In: **Sexo e Poder: a família no mundo: 1900-2000**. São Paulo/SP: Contexto, 2006.

¹ JUSBRASIL (2010). Em um ano, número de divórcios cresce 46% e atinge recorde. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/noticias/em-um-ano-numero-de-divorcios-cresce-46-e-atinge-recorde/100252043>>. Acesso em: 14 de janeiro de 2024.

² A primeira menstruação da vida de uma mulher recebe o nome de menarca. Este evento ocorre habitualmente entre os 10 e 14 anos de idade. PINHEIRO, P. Menarca – Primeira menstruação da vida. Disponível em: <https://www.mdsaude.com/ginecologia/menstruacao/primeira-menstruacao-menarca/>. Acesso em: 16 de março de 2023.

³ O desenvolvimento humano está relacionado diretamente com elementos da saúde e da educação. Desde 1995, em parceria, o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação têm buscado a inclusão de abordagens sobre saúde sexual e saúde reprodutiva nas escolas. Dessa forma, em 2003, é lançado o projeto "Saúde e Prevenção nas Escolas", cuja proposta resulta da cooperação conjunta do Ministério da Educação, do Ministério da Saúde, com o apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, do Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF e do Fundo de População das Nações Unidas - UNFPA, na perspectiva de mudar os cenários de vulnerabilidade que expõem adolescentes e jovens à infecção pelo HIV e à aids, a outras doenças de transmissão sexual e à gravidez não planejada (BRASIL, 2008).

⁴ Rendimentos médio de 2000 (SB e BR) deflacionados em relação ao ano de 2010.